



Conselho para as Migrações

Ata

Reunião de 15 de outubro de 2015

No dia quinze do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas 10:20 horas, reuniu em Assembleia, o Conselho para as Migrações, adiante designado por CM, nas instalações do Palácio Foz, com a seguinte ordem de trabalhos:

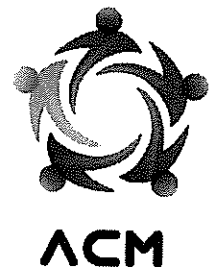
1. Apresentação da Estratégia do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações - Apresentada pela Coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados-Inspetora Superior Maria Emília Lisboa;
2. Apresentação da Plataforma de Apoio aos Refugiados – Dr. André Costa Jorge;
3. Encerramento pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e o Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba - Migrações e XIX Governo Constitucional: Balanço e Perspetivas para o futuro;
4. Debate e recolha de contributos;
5. Outros assuntos de interesse relevante

Presidiu à reunião o Senhor Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, adiante designado Alto-Comissário.

Estiveram presentes e participaram na reunião o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, a Coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados, Maria Emília Lisboa, em representação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Dr. André Costa Jorge, em representação da Plataforma de Apoio aos Refugiados.

Estiveram presentes os membros do Conselho constantes na lista de presenças em anexo.

Para dar início à reunião o Sr. Alto-Comissário deu as boas vindas, frisando a importância do tema da reunião, tendo tido por base o discurso que junto se anexa.



No ponto 1 da ordem de trabalhos, o Alto-Comissário deu a palavra à Inspetora Superior, Maria Emília Lisboa, para apresentação da Estratégia do Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações.

A Inspetora iniciou a sua apresentação com um breve enquadramento da situação referindo que a grave crise humanitária que assola a União Europeia (UE) e o fluxo massivo de migrantes que se tem vindo a dirigir para Itália, Grécia e Hungria, colocou em crise os sistemas de asilo e acolhimento nestes estados.

Os migrantes começaram a deslocar-se para outros estados membros, Alemanha, Suécia, Áustria e outros, colocando em risco a segurança e os sistemas de acolhimento nesses estados.

Em abril a Europa decidiu tomar medidas prevendo-se, a partir de então, a recolocação de requerentes de asilo em todos os Estados-membros de acordo com o princípio da solidariedade. Para Portugal foi atribuído o número de 4574 recolocações ao longo de dois anos e ainda outros migrantes que virão pela via do asilo de estados terceiros.

Informou que o mecanismo da reinstalação vai permitir uma chegada segura aos Estados-membros da UE e vai obrigar ao cumprimento de requisitos, tendo mencionado que apenas os requerentes de asilo serão recolocados. Uma triagem irá permitir saber quem são os migrantes e quem são os requerentes de asilo.

Acrescentou ter sido decidido que a partir de 17 de setembro, todos os estados membros da UE teriam que, de forma trimestral, comunicar à Itália e Grécia o número de pessoas que podem receber nos seus territórios e com que perfil (famílias, cidadãos com vulnerabilidades ou cuidados especiais, com mobilidade reduzida, etc.). Não será tida em conta a vontade do requerente de asilo, que não poderá escolher o país onde será recolocado, isto para se evitar que se desloquem todos para o (s) mesmo (s) país (es).

Portugal indicou disponibilidade para receber de imediato 30 pessoas. A Suécia já recebeu 19 cidadãos. Prevê-se a chegada de mais requerentes a outros estados membros de acordo com o teste piloto. Portugal não está neste projeto piloto, mas está já disponível para receber recolocações.

Informou ainda que a recusa por parte de um Estado de um pedido de recolocação, só é possível por motivos de ordem pública ou segurança interna.

Esclareceu ter sido criado um grupo de trabalho para dar resposta à necessidade de programar medidas de integração, com a representação de várias instituições. O grupo tem uma natureza pluridisciplinar. Foi celebrado um Protocolo com o Fundo Social,



com a participação de instituições de solidariedade sempre que se justifique. A primeira reunião aconteceu a 11 de setembro, onde se delinearão as principais linhas estratégicas de atuação. Foi decidido fazer um levantamento das capacidades disponíveis em matéria de acolhimento e integração. Esta fase está ainda a decorrer, com a recolha de informação, num quadro politicamente definido, no sentido do acolhimento ser feito de forma descentralizada. Foi realizado um apelo de colaboração aos municípios e as disponibilidades estão a ser mapeadas para depois poder ser efetuado um programa nacional de acolhimento e integração. Esta situação vai necessitar da colaboração de vários Ministérios e Instituições, nomeadamente, saúde, educação, IEF, apoio ao nível da psicologia e psiquiatria, aprendizagem da língua portuguesa, entre outros. Os Concelhos terão de traçar um plano de integração com a participação de intérpretes e da sociedade civil em geral. Os voluntários desempenharão um papel importante, nomeadamente se falarem a mesma língua.

Está prevista a celebração de protocolos com entidades para fornecimento de bens e serviços para que todo o processo de acolhimento tenha sucesso. Considera-se de extrema importância distribuir rapidamente as pessoas acolhidas de forma a serem logo instaladas nos locais onde irão viver. É fundamental fazer-se um acompanhamento dos processos, com pequenos acertos sempre que se justifiquem, para se perceber se a integração está efetivamente a realizar-se. Considerou-se importante adotar um mecanismo permanente de recolocação, não só no presente, mas também para aplicação no futuro.

O Alto-Comissário interveio, informando que o *website* dos refugiados está a funcionar e que qualquer pessoa pode aceder para ter informação sobre como deve proceder e/ou submeter uma proposta de acolhimento. Do lado dos cidadãos é importante o voluntariado. Até ao momento, cerca de 400 pessoas já se voluntariaram para ajudar nesta causa.

No ponto 2 da ordem de trabalhos, o Alto-Comissário deu a palavra ao Dr. André Costa Jorge para apresentação da Plataforma de Apoio aos Refugiados, que junto se anexa.

Após a apresentação, o Alto-Comissário deu a palavra aos Conselheiros para uma ronda de comentários.

A Conselheira Filipa Pereira questionou sobre quem participa na conceção dos módulos da saúde, nomeadamente quem os está a elaborar e onde estão a ser disponibilizados, nomeadamente no que diz respeito ao trauma e saúde mental, tendo em atenção que

existe um Programa Nacional para a Saúde Mental (DGS), responsável pela execução do Plano Nacional para a Saúde Mental.

O Conselheiro Eduardo Quinta Nova interveio saudando a estratégia apresentada no que diz respeito ao processo de acolhimento e integração. Informou que os municípios estão muito empenhados e devem assumir um papel de coordenação. A ANMP está a fazer um mapeamento para saber o número de cidadãos que se vai poder acolher em cada local e que os próprios municípios devem agir por sua iniciativa. No caso de Sintra, já se avançou com o processo e dentro de uma semana vai receber as primeiras duas famílias. Foi preparado um plano de integração que prevê toda a articulação no terreno e 500 mil euros para apoio financeiro. Sublinhou ser preciso um acolhimento com condições para que as pessoas sejam definitivamente integradas na sociedade, o que obriga a um plano de integração muito bem coordenado e implementado ao nível local com todas as instituições envolvidas. Referiu haver preocupação de articular todos os recursos que estão a ser mapeados, cruzar dados para evitar repetições de informação e apoios. Todo o processo deve ser acompanhado por todas as entidades envolvidas, do início ao fim.

A Conselheira Melanie Silva questionou sobre o estatuto que será atribuído às pessoas que chegarem a Portugal.

Em resposta ao Conselheiro Eduardo Quinta Nova, a representante do SEF, Maria Emília Lisboa, concordou com a opinião do Conselheiro no sentido de se apelar à descentralização. Mencionou como muito importante estar-se preparado para acolher e integrar os cidadãos, evitando movimentos secundários, ou seja, não se fixarem em Portugal e deslocarem-se para outros países da Europa ou ficarem dependentes de subsídios. Mencionou, ainda, como importante a introdução de mecanismos de ajustamento.

Clarificando a dúvida da Conselheira Melanie Silva, a representante do SEF, respondeu que o estatuto é o de requerentes de asilo. Acrescentou que a curto prazo será concedido o estatuto, com emissão de uma autorização de residência provisória, que permitirá o acesso ao mercado de trabalho.

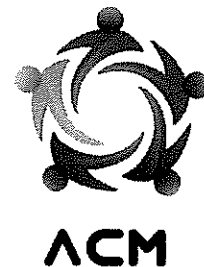
Em resposta à Conselheira Filipa Pereira, o Dr. André Costa Jorge referiu que o acompanhamento é assegurado pela Universidade Católica do Porto que tem experiência nesta área e uma equipa especializada no terreno com vítimas de trauma e tortura, mas que teria interesse em que existe uma atuação coordenada com o Programa Nacional para a Saúde Mental.

Encerrando a ronda de comentários, o Alto-Comissário deu início ao **ponto 3 da ordem de trabalhos**, tendo passado a palavra ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e o Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, que iniciou a sua intervenção com uma palavra de apreço e reconhecimento à Plataforma para os Refugiados e a todas as entidades que têm vindo a trabalhar no Grupo Técnico de Apoio aos Refugiados.

De seguida passou à apresentação de uma Nota de Balanço do que foi realizado nos dois últimos anos em matéria de migrações. Mencionou que o País passou por uma situação difícil e que, olhando para trás, devemos reconhecer que Portugal, uma nação antiga, soube sempre desenvolver práticas de acolhimento procurando abrir caminhos para o futuro. Referiu que apesar da austeridade nunca se desistiu de investir nesta área e que até verificamos que Portugal antecipou que as migrações viriam a ser um tema chave nas políticas dos Estados. No MIPEX tivemos a satisfação de verificar que Portugal conservou a sua posição no *ranking*.

Acrescentou que o ACM, I.P. foi integrado na administração pública confirmando-se que é uma área que faz todo o sentido continuar a existir. Que Portugal beneficiou sempre da circunstância de nunca se ter politizado a questão da imigração. Que foi aprovado o PEM e alargada a colaboração a outras entidades como o IEFP e que com o SEF foi negociado o Portugal 20/20 para imigrantes e emigrantes. O Conselho para o Talento nas comunidades de descendentes imigrantes, a internacionalização do Programa Escolhas, o apoio ao empreendedorismo para emigrantes. Tendo mencionado o muito que há a fazer na próxima legislatura, acrescentou outros aspetos relevantes como o importante contributo dado ao nível dos estudantes internacionais; a mudança de instalações do CNAI do Porto; a modernização informática do CNAI de Lisboa; a criação de um conjunto de medidas para o tema da Diáspora; a criação de uma Plataforma com a Ordem dos Engenheiros e a valorização do Associativismo Imigrante, com aprovação da nova Lei das Associações de Imigrantes, prevista para a próxima legislatura. Acrescentou ainda a existência de um projeto para regular a ação dos agentes e intermediários que operam no apoio a imigrantes e considerou importante reconhecer e valorizar os jovens descendentes de imigrantes e melhorar a sua capacidade de intervenção na política. Terminou a sua intervenção desejando a todos um excelente trabalho no futuro.

Terminada a apresentação da Nota de Balanço, o Alto-Comissário passou ao **ponto 4 da ordem de trabalhos**, abrindo a ronda de comentários aos Conselheiros.



O Conselheiro Timóteo Macedo interveio acrescentando que o ACM, I.P. não só é muito importante como deveria ter uma maior extensão, mesmo ao nível de uma Secretaria de Estado ou um Ministério. Relembrou as vergonhas da Europa, os muros, as guerras, as palavras da Sra. Angela Merkel, pois quem alimenta estas guerras é a própria Alemanha, acrescentando que vê com mágoa o que se passa e fica apreensivo em relação às políticas de integração. Suscitou a dúvida de saber se os refugiados podem ser catalogados ou mapeados. Considerou ainda que Portugal é um país na cauda da Europa em matéria de asilo e refugiados. Demonstrou preocupação no sentido de se evitar que estas pessoas venham mais tarde a engrossar as listas de pedidos de apoio social. Acrescentou ainda a sua grande preocupação quanto às listas de espera para atendimento no SEF e a demora na atribuição das autorizações de residência, com consequências graves para as pessoas. Lamentou a situação de alguns imigrantes estarem entre 6 a 8 anos a aguardar a emissão de uma autorização de residência.

O Conselheiro Lívio Sebastião de Moraes deu início ao seu comentário fazendo referência à página 12 da brochura dos refugiados, que se refere ao Mar Morto, considerando isto um tema para meditar, sendo que é uma página pesada, lembrando que também passou o Mar Mediterrâneo e que subscreve o que ali está referido. As pessoas circulam, todo o ser humano tem direito a circular e a ter um espaço para descansar. Lembrou que a realidade não passa pelos gabinetes e que há imensos casos pesados de Mar Morto e Mediterrâneo. Congratulou-se com o facto de nas situações em que o ACM, I.P. acompanhou situações de jovens ter conseguido importantes conquistas. Sublinhou fazer todo o sentido o ACM, I.P. continuar a existir para dar continuidade ao seu trabalho. Terminou com uma referência à cultura e a necessidade de se fazer chegar à Assembleia da República a voz dos imigrantes.

O Conselheiro Malam Gomes considerou que o governo devia ir mais longe. Na Associação que representa, os funcionários são todos voluntários e nenhum trabalha a tempo inteiro, sendo que gerir a situação é muito complicado. Quanto à questão dos refugiados, a UE devia envolver todos os países do mundo, nomeadamente a Rússia e o Japão.

O Conselheiro Jerónimo David demonstrou preocupação, tendo questionado o papel das Associações de Imigrantes na questão dos refugiados, dado certamente terem dificuldades de integração. Da sua experiência disse conseguir concluir que as políticas de integração nos vários bairros do país não tiveram o êxito desejado e os municípios não fizeram um bom trabalho. Há jovens desintegrados, não foram criadas estruturas de apoio necessárias e muitos bairros estão isolados sem acesso a transportes, cinemas ou

outras estruturas importantes. Contudo mencionou que o governo fez um trabalho digno e é importante continuar, aceitar os erros e melhorar.

O representante do IEF, Bernardo Sousa, lembrou que as instituições são feitas de pessoas e é isso que importa. Acrescentou que uma das marcas do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e o Desenvolvimento Regional foi a de ter tido uma estratégia mais ampla das migrações e mencionou que, tendo estado presente na assinatura dos Protocolos de apoio aos refugiados, considerou que a sociedade civil desempenhou um bom trabalho e que a articulação foi bem realizada. Mencionou que o IEF tem refletido internamente sobre esta questão, tentando articular com as várias entidades na área da formação profissional e também ao nível da língua portuguesa. Concluiu referindo ter sido desenvolvido trabalho com a DGES e a DGERT para o reconhecimento de competências.

A Conselheira Catarina Tavares sublinhou que, na questão dos refugiados, é importante não esquecer os direitos do homem. A Europa tem um bom discurso, mas é importante que as palavras se traduzam em atos, caso contrário vai naufragar. Sublinhou a necessidade de nos lembrarmos que se trata de seres humanos e que muitos serão provavelmente recambiados por serem considerados imigrantes económicos mas, mesmo estes, devem ser tidos em conta. Reforçou que catalogar pela nacionalidade e restringir o leque de pessoas não faz sentido. Mesmo assim a UGT está agradada com a forma como a Europa pretende acolher estes cidadãos.

A representante do SEF, Maria Emília Lisboa, acrescentou que as decisões do Conselho da UE visam aliviar a Itália, a Grécia e a Hungria. Esclareceu que qualquer cidadão pode solicitar asilo, beneficiando de um processo de integração que já existe há alguns anos. O que é diferente agora é que uma decisão da UE veio dirigir-se a um grupo específico de refugiados, acautelando a integridade da Itália, da Grécia e da Hungria que já não conseguem dar resposta a esta vaga de migrantes.

Relativamente à Lei do Asilo, informou existirem poucos pedidos, muito embora esta seja uma lei até mais generosa que outras. Confirmou verificar-se que há uma tendência dos migrantes se dirigirem quase sempre para os mesmos Estados o que está diretamente relacionado com a questão de já terem familiares nesses países ou por ser para lá que as redes os transportam.

O Dr. André Costa Jorge informou que a PAR está disponível para colaborar com os organismos e também no terreno. Agradeceu o convite para apresentar a Plataforma, agradeceu ao Secretário de Estado o trabalho desenvolvido e saudou os Conselheiros pela participação e disponibilidade para colaborar nesta matéria.

O Alto-Comissário tomou a palavra, acrescentando que as Associações de Imigrantes podem liderar propostas de apoio aos refugiados. Acrescentou, ainda, uma nota de especial agradecimento ao Secretário de Estado pelo apoio dado ao ACM, I.P.

Agradeceu a todos o empenho, tendo considerado que a situação é um desafio, que com determinação e muito trabalho triunfará, esclarecendo, contudo, que o desafio não começou sequer, pelo que vai implicar um esforço continuado e muito determinado.

No ponto 5 da ordem de trabalhos, o Alto-Comissário colocou para aprovação do Conselho as atas das reuniões dos dias 09.12.2014 e 05.05.2015, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Fazendo referência às secções especializadas, referiu que brevemente o conselho reunirá nas respetivas secções.

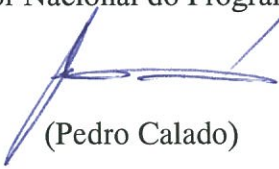
Tomaram posse as Conselheiras Liliana Soares, representante da Direção-Geral das Atividades Económicas; Ana Isabel Mateus, representante da Direção-Geral do Ensino Superior.

Nada mais havendo a dizer ou informar, o Alto-Comissário deu por encerrada a reunião pelas 12:50 horas.

A Ata foi aprovada na reunião do Conselho para as Migrações, de 17 de maio de 2016.

Lisboa, 17 de maio de 2016

O Alto-comissário para as Migrações
Coordenador Nacional do Programa Escolhas



(Pedro Calado)